

## Relatório Anual 2001

*Célula de Assessoria Interna*

### **1 Introdução**

---

O exercício de 2001 foi caracterizado pela consolidação da transformação do DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A em DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, através da edição da Medida Provisória Nº 2.134-64, de março de 2001 e da Resolução Nº 2.828, de 30/03/01, do Banco Central, que regulamenta a constituição e funcionamento das agências de fomento sob controle acionário dos estados cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. A mudança para Agência de Fomento insere-se no processo de reformulação do sistema bancário nacional para adequar as instituições de fomento à nova realidade de uma economia estável e globalizada. Além da realização de operações de financiamento de capitais fixo e de giro, são facultadas às agências de fomento a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro e a prestação de serviços de administrador de fundos de desenvolvimento. Em contrapartida, as agências de fomento não têm acesso às linhas de assistência financeira e de redesconto e à conta reservas bancárias do Banco Central, além de lhes ser vedada a captação de recursos junto ao público e a contratação de depósitos interfinanceiros. Os instrumentos mencionados fixam ainda os parâmetros financeiros aos quais estão sujeitas as agências de fomento, sobretudo no que diz respeito aos níveis de alavancagem e à exigência de manutenção de um fundo de liquidez.

O conteúdo da MP 2.134-64 e da Resolução 2.828 confirma as diretrizes estratégicas de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social (através da concessão de crédito e da assessoria técnica especializada) e Equilíbrio Financeiro e Sustentabilidade fixadas no Direcionamento Político. O Direcionamento Político foi definido ainda com base nas Estratégias de Desenvolvimento do Estado e nas ações constantes do Plano Plurianual 2000-2003 (Bahia de Todos os Tempos).

Nesse exercício foram introduzidos ajustes necessários à transformação do Desenbanco em Agência de Fomento, promovendo alterações na sua estrutura organizacional, com a criação da Diretoria de Finanças e Controle, e a separação das operações do Fundese para uma conta de Compensação, reduzindo, dessa forma, o risco da instituição.

---

## **2 Programas**

---

### ***2.1 Programa de Fruticultura Irrigada***

---

Aprovado convênio com o Banco do Brasil e o BNDES para apoio à Fruticultura na região do semi-árido baiano, prevendo financiamentos totais de R\$ 120 milhões (sendo R\$ 40 pela Desenbahia) destinados a empresas e pequenos agricultores que atuem no setor de fruticultura voltada para a exportação, apoiando financeiramente a implantação de 7,5 mil hectares de fruticultura irrigada para cerca de 350 produtores rurais.

### ***2.2 Incentivos Fiscais***

---

Ao longo do primeiro semestre de 2001 a Desenbahia prestou apoio técnico ao Governo do Estado na identificação do novo modelo de incentivos fiscais a ser empregado na Bahia e nos demais estados do Nordeste.

### ***2.3 Protáxi***

---

Ao longo do exercício, ampliou-se o raio de abrangência do Programa Protáxi para 96 cidades baianas com potencial turístico, além de garantir isenção de ICMS até dezembro de 2002 para os beneficiários do programa.

### ***2.4 Pró – Municípios***

---

Lançado o programa Pró-municípios, através do qual a Desenbahia concederá financiamentos aos municípios do estado para a aquisição de equipamentos destinados ao atendimento da população incluindo patrulhas mecânicas, ambulâncias, carros-pipa, micro-ônibus para transporte escolar e unidades móveis de saúde e consultórios odontológicos. A União das Prefeituras da Bahia – UPB recebeu dos municípios cerca de 200 pedidos de financiamento, que foram examinados com a finalidade de verificar sua conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução 78/98 do Senado.

### ***2.5 Programa de Recuperação dos Lojistas***

---

Lançado em julho o Programa de Recuperação dos Lojistas, que concedeu financiamentos através de três linhas de crédito (Fundese, para as micro e pequenas empresas enquadradas no Simbahia, BNDES Automático e Recursos Próprios). O Programa foi criado para atender aos empresários atingidos por distúrbios ocorridos durante a greve dos policiais civis e militares em meados do mês de julho.

---

## **3 Desempenho Operacional**

---

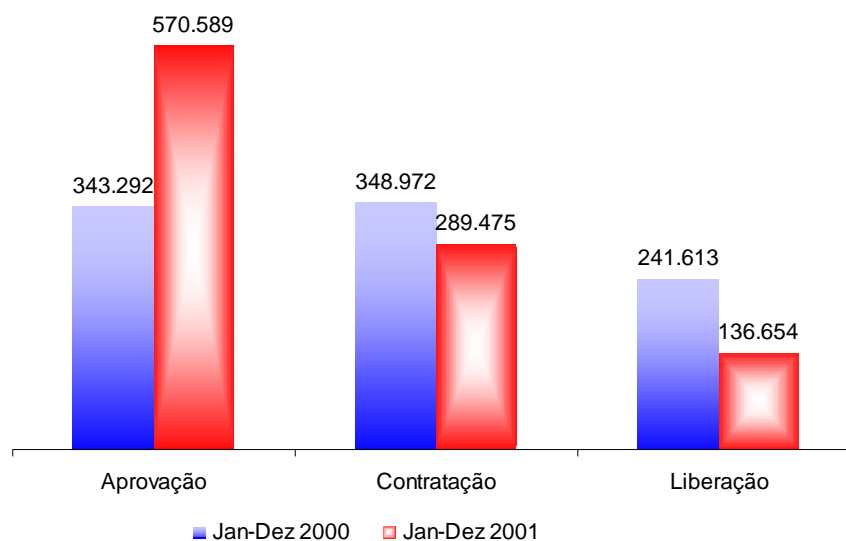
### ***3.1 Usos***

---

Em 2001, foram aprovadas 395 operações de crédito totalizando R\$ 570,59 milhões, o que significa um incremento de 66% em relação ao mesmo período do exercício anterior. As contratações e liberações atingiram R\$ 289,47 milhões e R\$ 136,66 milhões, respectivamente.

## Desempenho Operacional

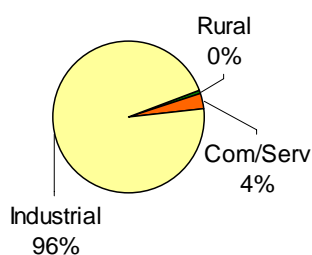
### Visão Global - R\$ mil



Os financiamentos aprovados no período foram destinados predominantemente ao setor industrial, cuja parcela absorvida foi correspondente a R\$ 547,67 milhões ou 96 % das aprovações do período, conforme evidencia o gráfico a seguir:

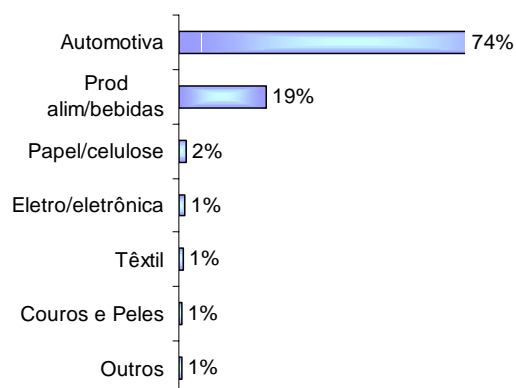
### Aprovação Setor Privado

Jan-Dez 2001-R\$ 570,59 milhões



No setor industrial, vale destacar a indústria automotiva, que absorveu R\$ 403,51 milhões dos recursos aprovados. Este elevado percentual decorre da implantação do complexo automobilístico no estado. Embora representando percentuais menores do volume total de aprovações, merecem destaque ainda a indústria de produtos alimentares e bebidas, para a qual foram aprovados R\$ 102,02 milhões no âmbito da linha Proind/Probahia, o setor de papel e celulose, com R\$ 9,27 milhões, a indústria eletroeletrônica, que, através da linha Fundese/ Protec, obteve aprovações que somaram R\$ 6,71 milhões e a indústria têxtil com recursos no montante de R\$ 4,99 milhões.

### Aprovação por Indústria Jan-Dez2001 (R\$ 570.589 mil)



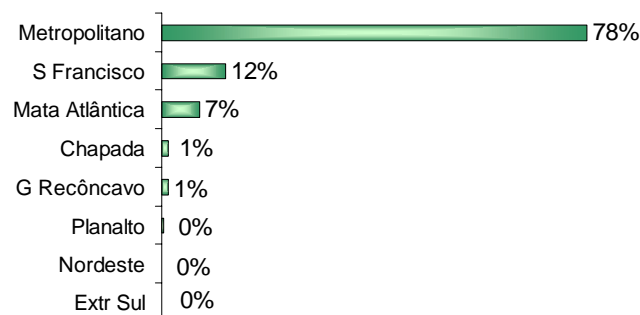
Observa-se também a relevante participação do Setor de Comércio e Serviços no que tange à quantidade de empresas beneficiadas (243 projetos aprovados no ano), recebendo financiamentos que totalizaram R\$ 20,43 milhões, com investimentos da ordem de R\$ 26,61 milhões e geração de 661 empregos diretos. Esses financiamentos foram destinados às áreas de hotéis, empreendimentos educacionais, restaurantes, comércio varejista, serviço de transporte táxi, clínicas e hospitais, como principais atividades.

Entre as aprovações para o Setor Rural, observam-se os recursos voltados para Produção de lavoura permanente localizados na região do São Francisco (R\$1,29 milhão) a atividade de pesca na região da Mata Atlântica com R\$ 0,32 milhão, além da Cafeicultura nas regiões de Planalto e São Francisco absorvendo R\$ 0,51milhão.

Dentre os projetos aprovados, convém observar também os recursos do BNDES voltados para a agricultura, no montante de R\$ 1,34 milhão beneficiando a produção de lavoura permanente e temporária em diversas localidades do interior do estado, além da criação animal, para a qual foram destinados recursos da ordem de R\$ 0,61 milhão.

Quanto à distribuição espacial, as aprovações contemplaram, principalmente, o eixo Metropolitano de Salvador, que recebeu a maior parcela dos recursos aprovados com 268 operações no montante de R\$ 447,55 milhões correspondentes a 78 % das aprovações do exercício. Merece destaque ainda o Eixo São Francisco, responsável por 12% dos recursos aprovados, no valor de R\$ 67,15 milhões correspondentes a 53 financiamentos, além do Eixo Mata Atlântica que obteve R\$ 39,69 milhões ou 7%.

### Aprovação por Eixo de Desenvolvimento Jan-dez/2001



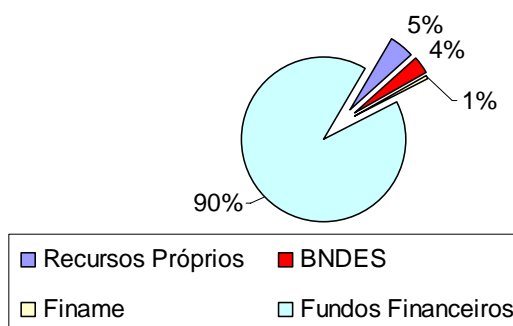
### 3.2 Fontes

Do total dos financiamentos aprovados, o programa estadual de incentivos, FUNDESE-Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico, participou com R\$ 396,62 milhões, representando 69,5 % dos recursos, ficando o PROIND com R\$ 121,88 milhões e o BNDES com R\$ 23,62 milhões ou 4 % do total aprovado.

Dentre os programas apoiados pelo Fundese, a maior parcela foi a do Prodecon, que absorveu 64 % correspondentes a R\$ 367,00 milhões, o que reflete a importância do pólo automobilístico no estado.

Através da Lei Estadual Nº 7.599/00, o Fundese passou a ter como gestor financeiro a Desenbahia. As operações de crédito contratadas por este Fundo foram reclassificadas contabilmente, em maio de 2001, das contas patrimoniais para as contas de compensação, baseadas em autorização do Banco Central, atuando a Agência na condição de mandatária.

### Aprovação por Fonte Jan- Dez/2001



Esses financiamentos beneficiaram de micro a grandes empresas, proporcionando a criação de cerca de 3249 empregos diretos, concentrados, principalmente, na grande e média empresa que juntas representaram 2503 empregos diretos, ou seja, 77% do total do período.

#### **4 Desempenho Econômico-Financeiro**

---

A Desenbahia fechou o exercício de 2001 com um lucro líquido de R\$ 1,214 milhão. Ao longo do ano, o Patrimônio Líquido passou de R\$ 98,214 milhões para R\$ 213,890 milhões sobretudo em função do aporte efetuado pelo Governo do Estado para aumento de capital da Desenbahia no 2º semestre no valor de R\$ 113,799 milhões.

Contribuíram de forma significativa para o resultado da Agência ao longo do exercício de 2001 as receitas de operações de crédito, no valor de R\$ 51,037 milhões, o resultado de títulos e valores mobiliários, que alcançou R\$ 45,383 milhões e permanece uma importante fonte de receita para a Agência, e as outras receitas operacionais, que totalizaram R\$ 11,103 milhões. Entre as despesas, merecem destaque as de empréstimos, cessões e repasses, que totalizaram R\$ 59,377 milhões, as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 18,878 milhões, as despesas de pessoal (R\$ 16,964 milhões) e as despesas administrativas (R\$ 8,265 milhões).

A carteira de operações de crédito ao final do exercício era de R\$ 310,738 milhões. Vale ressaltar que este valor corresponde a menos de 50% da carteira de operações de crédito contabilizada ao final do exercício de 2000 (R\$ 666,924 milhões). Esta redução substancial deve-se, em grande medida, à transferência dos recursos do Fundese da conta de ativo para a conta de compensação, refletindo de forma mais adequada o efetivo risco de crédito ao qual está exposta a instituição. A carteira total de obrigações alcançou, ao final do exercício, R\$ 458,532 milhões, sendo R\$ 297,638 milhões (65% do total) referentes às obrigações por repasses com recursos do BNDES (exclusive Finame, portanto).